

## Não há revolução sem movimento: disputas e tensões em torno da Parada LGBT de Sergipe

There is no revolution without movement: disputes and tensions around the LGBT Parade in Sergipe  
No hay revolución sin movimiento: disputas y tensiones en torno al Desfile LGBT de Sergipe

Gladston Oliveira dos Passos<sup>1</sup>  
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa<sup>2</sup>  
Marcos Ribeiro de Melo<sup>3</sup>

**Resumo:** A Parada LGBT de Sergipe resulta do engajamento de ONGs, ativistas e militantes individuais que reivindicam melhorias para a população LGBTQIA+. Durante o planejamento e a execução da Parada surgem divergências que ocasionam tensões e conflitos entre os (as) envolvidos (as). Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar como se apresentam as relações de poder que constituem a construção da Parada LGBT de Sergipe. O percurso metodológico do trabalho envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas e etnografia por meio da observação participante. A partir desta análise, percebe-se que a Parada LGBT de Sergipe é construída com muito diálogo entre as partes envolvidas, mas há também muitas divergências nos posicionamentos, especialmente de ordem política por parte de alguns/as coordenadores/as e apoiadores/as do evento. Tais atitudes terminam por resultar no rompimento de parcerias entre as instituições e/ou entre os/as militantes, seja de forma temporária ou definitiva.

**Palavras-Chave:** Parada LGBT; Política; Direitos; Sergipe.

**Abstract:** Sergipe's LGBT Parade is the result of the engagement of NGOs, activists and individual activists who demand improvements for the LGBTQIA+ population. During the planning and execution of the Parade, disagreements arise which cause tensions and conflicts between those involved. This article therefore aims to analyze the power relations that constitute the construction of the LGBT Parade in Sergipe. The methodological approach involved a bibliographical survey, interviews and ethnography through participant observation. From this analysis, we can see that the LGBT Parade in Sergipe is built with a lot of dialogue between the parties involved, but there are also many divergent positions, especially of a political nature on the part of some of the event's

---

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe, Pós-graduado em Direito do Trabalho e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. E-mail: gladstonpassos92@gmail.com.

<sup>2</sup> Estágio pós-doutoral na Universidade Pablo Olavide (UPO) na Espanha com Bolsa CAPES (2016). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2012). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2006). Atualmente é professora do Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: patriciarosalba@academico.ufs.br.

<sup>3</sup> Professor Associado do Departamento de Psicologia (DPS) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE) da Universidade Federal de Sergipe. Psicólogo (UFS), Doutor em Sociologia (PPGS/UFS) e Mestre em Educação (PPGED/UFS). E-mail: marcos\_demelo@academico.ufs.br.

coordinators and supporters. Such attitudes end up resulting in partnerships between institutions and/or activists breaking down, either temporarily or permanently.

**Keywords:** LGBT Parade; Politics; Rights; Sergipe.

**Resumen:** El Desfile LGBT de Sergipe es el resultado del compromiso de ONG, activistas y militantes individuales que exigen mejoras para la población LGBTQIA+. Durante la planificación y ejecución del Desfile surgen desacuerdos que provocan tensiones y conflictos entre los implicados. El objetivo de este artículo es, por tanto, analizar las relaciones de poder que configuran la construcción del Desfile LGBT en Sergipe. El abordaje metodológico involucró una investigación bibliográfica, entrevistas y etnografía a través de la observación participante. A partir de este análisis, podemos ver que el Desfile LGBT en Sergipe se construye con mucho diálogo entre las partes involucradas, pero también hay muchas posiciones divergentes, especialmente de carácter político por parte de algunos de los coordinadores y simpatizantes del evento. Este tipo de actitudes acaban provocando la ruptura, temporal o definitiva, de la colaboración entre instituciones y/o activistas.

**Palabras clave:** Desfile LGBT; Política; Derechos; Sergipe.

## Introdução

Durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro presenciamos uma onda de retrocessos e sucateamento nas políticas LGBTQIA+. Esse desmonte ocorreu de diversas formas, na ausência de financiamentos para ações ligadas a essa população, na diminuição da sociedade civil ao revogar a convocação para a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, prevista para acontecer em novembro de 2019, e com a extinção do Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT) por meio do Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021. Essas ações foram duramente criticadas pela militância LGBTQIA+ em todo o país, em Sergipe não foi diferente. Na 21ª Parada LGBT<sup>4</sup> de Sergipe diversos (as) ativistas da comunidade LGBTQIA+

---

<sup>4</sup> Muito se discute sobre qual a sigla correta quando se refere à diversidade sexual e de gênero. Ao longo da história houve diversas modificações que estão relacionadas aos processos de *centramento* e *descentramento* dos sujeitos políticos do movimento, essas transformações surgem devido as disputas por visibilidade como ocorreu com a modificação de GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), após reivindicação do movimento lésbico, exigindo a troca na ordem de uma das letras (FACCHINI, 2005; 2020). Inicialmente foi criada a sigla MHB (movimento homossexual brasileiro); em seguida a GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) que se popularizou como uma sigla mercadológica; posteriormente GLT (gays, lésbicas e travestis) e GLBT, a proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava as entidades que então passavam a utilizar a sigla GLBT de criar uma *sopa de letrinhas* (FACCHINI, 2005). A sigla LGBT é a que irei utilizar quando me referir a Parada, optei por usá-la porque a coordenação do evento ainda a utiliza na sua identidade visual. Atualmente surgiram novas siglas, a exemplo de

aproveitaram o espaço para expor sua indignação aos gritos de *Fora Bolsonaro!*

*Parada não é lugar de falar de política!* Esta frase foi proferida pelo proprietário de um dos trios que fizeram parte do cortejo da 21ª Parada LGBT de Sergipe no dia 28 de agosto de 2022. Na ocasião estavam presentes diversos militantes e apoiadores da causa LGBT e ficou perceptível o sentimento de indignação e revolta daqueles que presenciaram a intimidação deste rapaz, que se viu no direito de cercear as falas políticas que fazem parte dessa manifestação festiva. Isso ocorreu assim que Lurian Cordeiro Lula da Silva<sup>5</sup>, filha do presidente Lula, foi convidada por um dos militantes para discursar em cima do trio e ao se aproximar do microfone acabou sendo proibida; imediatamente o público comandou um coro *Olê, olê, olê, olá. Lula, Lula.*

O tema da Parada LGBT de Sergipe do ano de 2022 foi relacionado com as eleições<sup>6</sup>: *Vote Colorido, dê vez a nossa voz!*, com o objetivo de incentivar a sociedade, e em especial a comunidade LGBT, a escolher candidatos(as) LGBTs a ocuparem esses espaços. A fala do proprietário do trio elétrico mostra um pouco das disputas e tensões em torno da Parada, desde a sua construção até o dia do evento. Por ser o dono do trio e ter convicções políticas divergentes dos que estavam presentes na Parada, ele decidiu quem deveria ou não se expressar. Seu modo de agir denotava uma hierarquização das relações e a sua ação determinou a ação de outras pessoas gerando uma espécie de drama da vida cotidiana. Além disso, ele fez uma afirmação que destoa do real significado do que vem a ser a Parada: ao definir essa manifestação apenas como um evento festivo, nota-se a falta de compreensão do quanto a festa é política.

---

LGBTI+ que incluiu as pessoas intersexo, depois LGBTQIA+ com a inclusão de pessoas queer e assexuais, por fim temos LGBTQIAPN+, através da qual foram acrescentadas as pessoas pansexuais, não binárias e outras mais.

<sup>5</sup> Lurian reside em Aracaju, trabalha como assessora parlamentar do senador Rogério Carvalho pelo PT – Partido dos Trabalhadores e protagonizou nos anos 1980 o episódio da campanha do presidente Luíz Inácio Lula da Silva sobre o aborto.

<sup>6</sup> O primeiro turno das eleições gerais no Brasil ocorreu em 2 de outubro de 2022 e o segundo ocorreu no dia 30 de outubro. O combate às *Fake News* foi um dos principais desafios da mídia e do sistema eleitoral, tendo em vista que esse se tornou um dos principais métodos de manipulação do eleitorado. Numa disputa bastante acirrada, Lula foi eleito presidente do Brasil pela terceira vez, com 50,90% dos votos válidos.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar como se apresentam as relações de poder que constituem o planejamento, a construção e execução da Parada LGBT de Sergipe. Durante o desenvolvimento da pesquisa, surgiram alguns questionamentos que regem a escrita desse trabalho, quais foram: Os conflitos presentes na construção da Parada decorrem de que motivos? Como os conflitos se manifestam? Há uma disputa de protagonismo na realização do evento? Para obter essas respostas, foi realizada uma etnografia através da observação participante, que, segundo Oliveira (1998), é a responsável pela caracterização do trabalho de campo antropológico, sendo por meio dos atos cognitivos (olhar, ouvir e escrever) que construímos nosso saber. Para o autor, os atos de olhar e ouvir são funções de um gênero de observação muito peculiar, por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. Foram feitas observações participantes na 20ª Parada, que ocorreu de forma virtual, e também da 21ª, já no formato presencial, acompanhando durante quatro meses todo o planejamento do evento, desde as reuniões como também as atividades que precederam o evento.

### **Metodologia**

Na realização da pesquisa buscou-se compreender qual o significado e o sentido desses conflitos para os/as coordenadores/as e figuras públicas que realizavam e vivenciam a construção do evento. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas – dezessete ao todo, das quais foram analisadas catorze. As outras três foram excluídas pois não se obteve dados que fossem relevantes para a pesquisa. As pessoas entrevistadas foram divididas em dois grupos, um de organizadores/as e apoiadores/as do evento e o segundo com personalidades e figuras públicas do Estado; para cada grupo foi elaborado um questionário diferente. Os nomes das autoridades públicas foram mantidos, diferentemente dos que compõem o grupo dos/as organizadores/as e apoiadores/as, os quais tiveram suas identidades preservadas; com base nos trabalhos desenvolvidos por Melo (2013),

Varjão (2020), Passos (2020) e Guber (2001). A escolha de não ter identificado as pessoas surgiu depois de entrevistar uma das organizadoras, pois ela solicitou que um dos nomes citados não fosse mencionado. Nesse sentido, por questões éticas os nomes foram substituídos pelas cores da bandeira do Orgulho LGBTQIAP+, um símbolo que está presente no evento.

A bandeira do Orgulho LGBTQIAP+ foi criada em 2018 pelo designer Daniel Quasar, de Portland, nos Estados Unidos (ver Figura 1), e difere da criada pelo Gilbert Baker em 1994. Esse novo modelo denominado de *Progress Pride* mantém as cores do arco íris e adiciona mais cinco (branco, rosa, azul claro, marrom e preto) que fazem parte de uma seta direcionada para a direita representando progresso. A inclusão das cores tem por objetivo representar também as pessoas trans, negras e pardas da comunidade.

**Figura 1** – Bandeira *Progress Pride*



Fonte: <https://danielquasar.com/work/>, 2022.

Quanto aos entrevistados, *Rosa* é alta, loira, de etnia parda, trans e sabe se expressar muito bem e tem por volta dos 40 anos; *Preto* é um gay que tem 67 anos, de etnia parda, dono de uma voz potente e ao falar de militância LGBTQIA+ seus olhos brilham; *Marrom* é uma mulher trans, negra tem 48 anos e muito simpática; *Violeta* é travesti tem 27 anos, tem a pele clara e possui certa facilidade ao se expressar; *Vermelho* é lésbica, tem 45 anos, parda, gosta de se comunicar e é muito detalhista; *Amarelo* é negra, tem 34 anos, bastante vaidosa e carismática; *Anil* é gay, de etnia branca, tem 29 anos, se dá bem com todo mundo e é muito solícito; *Verde* é gay, negro, tem

44 anos, escritor e quase sempre se controla pra não falar em inglês; *Branco* é uma mulher trans, de etnia parda, tem 39 anos e possui uma voz bem suave, além de ser bem delicada; *Azul* é gay, de etnia branca e tem 53 anos, é uma pessoa bastante esforçada e toda vez que relembra sua trajetória de luta no movimento se emociona; e *Laranja* é gay, negro, tem 59 anos, é educador e bastante comunicativo.

Um dado bastante importante para a pesquisa é que por fazer parte da militância, houve uma maior facilidade em realizar as entrevistas, porém observou-se que alguns informantes não conseguiram distanciar os papéis de militante e de quem estava pesquisando. Isso revela que, mesmo que o antropólogo busque a objetividade ao adentrar em campo, este tem uma dimensão muito intensa de subjetividade (BRANDÃO, 2007).

Ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais (não sei se com aspas ou sem aspas) possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado. (BRANDÃO, 2007, p. 13)

Ainda segundo o autor,

Dizer que o trabalho de campo, numa pesquisa antropológica, passa muito pela relação interpessoal e, conseqüentemente, pelo domínio da subjetividade não quer dizer que seja um trabalho espontaneísta, muito pelo contrário. A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo (BRANDÃO, 2007, p. 13).

## Disputas e tensões na construção da parada LGBT de Sergipe

A divergência de opiniões entre as pessoas envolvidas na construção da Parada pode causar embates e conflitos, alguns simples e outros mais graves, podendo acarretar no rompimento dessa relação e conseqüentemente na saída de um deles, de forma temporária ou permanente. Apesar dos aspectos negativos oriundos dos desentendimentos, existe também um lado positivo que surge dos conflitos, tendo em vista que na formação da sociedade se faz necessário uma razão quantitativa de harmonia e desarmonia, de associação e de concorrência, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (SIMMEL, 2011). Analisando como esses acontecimentos moldam e impactam no resultado do evento percebeu-se que as teorias antropológicas que se dedicam aos estudos dos rituais podem servir na compreensão deste fenômeno, e por isso este artigo traz como referência os estudos de Turner (1974, 2017), Maggie (2001), Gluckman (2011), Cavalcanti (1988, 2006) e DaMatta (1997).

Turner (2017), em sua obra *Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana*, faz uma definição de Campos, Arenas e Dramas Sociais: *Campos* são os domínios culturais abstratos nos quais os paradigmas são formulados, estabelecidos e entram em conflito. Tais paradigmas consistem em um conjunto de regras pelas quais vários tipos de sequências de ação social podem ser gerados, mas que especificam mais adiante quais sequências devem ser excluídas. *Arenas* são os palcos concretos onde os paradigmas transformam-se em metáforas e símbolos com referência o poder político que é mobilizado e no qual há uma prova de força entre influentes paladinos e paradigmas. *Dramas sociais* representam o processo escalonado dos seus embates. (TURNER, 2017, p.15)

Trazendo esses conceitos para a pesquisa, identificou-se que a Parada seria o Campo, onde alguns paradigmas são formulados, a exemplo da percepção de que alguns o identificam como um evento festivo, enquanto outros o entendem como uma manifestação política e também festiva.

Quanto às Arenas, vislumbra-se dois espaços que se enquadram na definição do autor: o primeiro é a sede da Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju – ASTRA, local onde ocorrem as reuniões de planejamento até o dia do evento, e é durante esses momentos ficam perceptíveis os diferentes modelos e ideais dos participantes, sendo através deles que podemos medir a força e o poder que cada um exerce. As reuniões acabam sendo como uma ação ritual onde se configuram uma sociabilidade própria, onde se forma a coesão do grupo e onde são constituídas as arenas de disputas, algo semelhante que é abordado na dissertação de Marcos Andrade Rocha (2021) ao tratar das assembleias que ocorrem nos movimentos rurais e urbanos da ocupação dos sem-teto como um ritual político. O segundo seria a Orla de Atalaia, local onde ocorre o cortejo; nesse espaço são expostos e apresentados diversos símbolos, como a diversidade, as vestimentas coloridas, a ornamentação da festa e a busca intensa pela liberdade sexual. Já os Dramas sociais estariam relacionados com a ruptura de alguns militantes que estão envolvidos na construção do evento.

Segundo Turner (2017), os Dramas sociais são unidades de processo anarmônico ou de-sarmônico que surgem em situações de conflito. Tal conceito se originou a partir dos estudos com os Ndembu, quando o autor detectou um padrão de distúrbios e crises que ocorriam na vida social desse grupo, identificando que esses dramas seguem uma lógica processual. Essa mesma observação está presente também na etnografia realizada pela Maggie (2001) no terreiro Tenda Espirita Caboclo Serra Negra, onde as crises, os conflitos e os incidentes que ocorriam naquele espaço seguiam certo padrão de desenvolvimento. Para a autora, o drama social, além de ser um instrumento teórico, serve de guia para a própria descrição etnográfica de um sistema em funcionamento. Nessa descrição, parte-se não apenas da observação do pesquisador, mas das versões que os membros do grupo dão aos fatos ocorridos. Dessa forma, esse conceito pode servir para compreender como se manifestam as relações de poder presentes na construção da Parada, a partir dos conflitos que surgem durante o planejamento e execução do evento, pois segundo Gluckman (2011) todo sistema

social é um campo de tensões, cheio de ambivalências, cooperações e lutas contrastantes.

Turner (2017) define *arena* como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida, que dá início à fase final de um drama social. Ao examinar os dramas sociais, identificou-se que as arenas em que eles se manifestam, foram as reuniões que ocorreram na sede da ASTRA ou até mesmo na rua, que é o espaço onde a Parada se materializa. Segundo o autor, o drama social possui quatro fases de ação pública observáveis, sendo elas:

1. A *Ruptura* de relações sociais formais, regidas pela norma, ocorre entre pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais (...). Tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes. 2. Após a ruptura de relações sociais formais, regidas pela norma, vem uma fase de *crise* crescente, durante a qual há uma tendência de que a ruptura se alargue, ampliando-se até se tornar tão coextensiva quanto uma clivagem dominante no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes ou antagônicas pertencem. 3. A *ação corretiva*, no intuito de limitar a difusão da crise, certos “mecanismos” de ajuste e regeneração, informais ou formais, institucionalizados ou ad hoc, são rapidamente operacionalizados por membros de liderança ou estruturalmente representativos do sistema perturbado. 4. A última fase que ressaltado consiste seja na *reintegração* do grupo social perturbado ou no reconhecimento e na legitimação social do cisma irreparável entre as partes em conflito (TURNER, 2017, p.33-36).

Durante as entrevistas que foram realizadas com militantes, ficou bastante perceptível a ocorrência da ruptura de uma ONG que fazia parte da construção da Parada.

A competitividade entre ONGs existe desde o período da epidemia da HIV/AIDS porque haviam disputas pelos projetos que poderiam beneficiá-las (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Dessa forma, essas ONGs estariam suscetíveis a embates e tensões, seja pelo protagonismo como também pela sobrevivência. Sem dúvida, qualquer ONG que fosse a responsável pela Parada teria destaque, já que era um evento que se espalhava por todo o país. Contudo, também haveriam dificuldades, pois nunca foi realizado um evento desse porte no Estado, motivo pelo qual umas das diretoras da Associação de Travestis e Transsexuais Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS),

que nomearei de *Marrom*, não aceitou o desafio.

Hoje *Rosa* é a percussora da Parada, a gente até tem que dizer que ela é uma guerreira, porque a gente sabe que é tanta dificuldade, mas ela está ali lutando e consegue botar a Parada na rua. Logo no início desse projeto, a gente foi convidada para participar, a UNIDAS sendo a organizadora da Parada, mas a gente se deu conta de que era uma coisa que não era muito fácil, você sabe que tem dificuldades. Hoje, com esse desgoverno que a gente tá aí muitas coisas mudaram e a gente não sabe como é que vai ser. A gente fica às vezes até desacreditada das coisas, eu não sei como é que eu ia estar, se ia dar conta, se ia continuar. Então eu digo que ela é uma guerreira, que está à frente e não é fácil. Eu sei muito bem porque eu sou de uma organização, mas na minha opinião eu acho que precisava novamente haver uma coisa mais elaborada nesse projeto, algumas mudanças para que viesse de fato beneficiar dentro das políticas públicas o direito das pessoas trans. (...) Luiz Mott fez o convite para que a Parada fosse organizada pela gente, mas avaliámos e vimos que tinha outras demandas, outras coisas. Fazíamos seminários na semana de visibilidade trans, a gente saía nas unidades de saúde visitando, saber como era o atendimento com essas pessoas, porque é uma pauta que eu abraço. (MARRROM, entrevista concedida em 17/11/2021).

Apesar de reconhecer o quanto é difícil realizar a Parada, *Marrom* sinaliza que devem ocorrer mudanças para que o evento possa beneficiar as pessoas trans. Essa é uma insatisfação de algumas lideranças trans, pois entendem que o movimento não é de fato LGBT e sim GGGG (gay, gay, gay e gay), por terem dado visibilidade apenas às pautas gays, inclusive nas construções das Paradas. Essa é uma visão que foi apontada pela deputada estadual Linda Brasil.

Linda é uma educadora, política e ativista transfeminista pelos direitos humanos e da comunidade LGBTQIA+ de Sergipe e fundadora da associação AMOSERTRANS – Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis. Ela também é fundadora da CasAmor Neide Silva, que é uma organização sem fins lucrativos criada em 2017, localizada em Aracaju e financiada pela sociedade civil com o intuito de funcionar como um centro de amparo à comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Linda, que é filiada ao PSOL, recebeu 5773 votos em 2020 e foi eleita a primeira mulher trans e a mais bem votada para um cargo público parlamentar em Aracaju. Em 2022 realizou outro marco histórico ao ter êxito na disputa eleitoral por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe, recebendo 28.704 votos e sendo a primeira

mulher trans da história sergipana a ocupar um cargo de deputada estadual.

No que tange às pautas trans, Linda afirma que existia uma invisibilidade, inclusive na construção das Paradas.

Quando eu entrei na Universidade Federal de Sergipe é que eu percebi que o próprio movimento invisibilizava algumas pautas, principalmente em relação as mulheres trans e travestis, e eu comecei a me conscientizar. Eu procurei a organização para levar essa pauta, foi o tema que a gente sugeriu que virou o projeto de Lei João Nery, que é o projeto de identidade de gênero. (...) Então, pensando nisso, nessa diversidade, a gente do movimento trans/travesti começou a fazer uma crítica, porque acabou sendo o movimento GGGG que muitas das vezes privilegiava só algumas pautas, como o casamento, e não contemplava as pautas das travestis que queriam oportunidade de empregabilidade, queriam sobreviver e mais. Vamos supor a criminalização da homofobia: a gente percebia que no início da Parada, era “Parada Gay” e o termo “Gay” de uma certa forma invisibilizava as pautas, a bissexualidade, das lésbicas, principalmente das pessoas trans; é importante a gente colocar as letrinhas LGBTQ, pra saber que há uma diversidade dentro dessa diversidade. E isso começou a partir desse movimento de empoderamento de algumas travestis, que começaram a entrar na Universidade e questionar: “por que Parada Gay?” “Porque só homofobia?”. Elas fizeram algo que pra mim foi fundamental: uma crítica, não da Parada, porque a Parada acaba sendo um resultado de um movimento; eu falo desse todo movimento de auto organização das pessoas LGBT que as vezes culmina na organização da Parada. A organização da Parada exige uma soma de vários coletivos, instituições, ONGs que pensam a Parada, mas se você pensava uma Parada numa perspectiva gay, branca, elitizada como acontece e que ficou muito mercantilizada como a de São Paulo, acaba invisibilizando. (BRASIL, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

O empoderamento das pessoas trans pode ter aumentado no contato com as universidades, porém, antes mesmo da primeira Parada ocorrer no Brasil já havia entidades que se preocupavam com as pautas desse segmento. Um exemplo é a ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo fundada em 02 de maio de 1992, que nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá (CARVALHO, 2011). A instituição desenvolveu atividades em encontros voltados para travestis e transexuais que atuavam na luta e prevenção à AIDS; além disso, destaca-se a ENTLAIDS - Encontro Nacional de Traves-

tis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS. Nesses congressos se reivindicava mudanças nas ações de segurança pública, acesso à educação e ao mercado de trabalho, além de debaterem questões relacionadas aos serviços de saúde (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Em seguida surgiram a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) e o Grupo Filadélfia de Santos, em 1995; e posteriormente o Grupo Igualdade, em Porto Alegre, e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (UNIDAS) em Aracaju, em 1999. Já as entidades nacionais foram criadas no começo do século XXI, sendo elas: Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), que foi formada no ano 2000 durante o X Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis; a Rede Trans; e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) (JESUS, 2018).

Em relação à mudança na nomenclatura da Parada, é interessante observar que o acréscimo se deve pela luta das pessoas trans, que precisaram diferenciar orientação sexual de identidade de gênero para serem visibilizadas. Esse debate provocou resistência dentro e fora do movimento, tendo em vista que algumas lésbicas já chegaram a questionar a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

No que tange à construção da Parada de Sergipe, existe uma tendência em reproduzir o tema que é apresentado na Parada de São Paulo, como ocorreu nas edições de 2004, 2005, 2007, 2010, 2012, 2019 e 2022 de Sergipe. Contudo, isso não é uma regra e mesmo que tentem generalizar todas as Paradas como eventos mercadológicos, a de Sergipe se diferencia por priorizar a parte política do evento. Sobre as tensões que cercam a sua realização, o episódio apresentado por Linda, referente ao tema que foi sugerido para determinada edição, é bastante relevante, pois gerou discussões entre os envolvidos, e conseqüentemente o afastamento de militantes nas edições futuras.

O desentendimento ocorreu na 13ª Parada, em 2014, um ano depois da criação do projeto de lei 5002/13, com o nome de João W. Nery – Lei de Identidade de Gênero, que teve como ob-

jetivo garantir o direito do reconhecimento à identidade de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias, hormonioterapias. A lei acabou sendo o tema das Paradas de Orgulho LGBT de Salvador e Belo Horizonte, sendo evidenciada em São Paulo. Já em Sergipe a escolha foi *Nossa arma na luta por cidadania e respeito à diversidade*, em alusão às eleições que estavam ocorrendo naquele período. Dentre as diversas ONGs e coletivos que participaram desse processo, destaco a AMOSERTRANS, que havia acabado de ser fundada e tinha Linda Brasil como integrante. A divergência quanto ao tema que deveria ser escolhido e os posicionamentos de que o movimento seria GGGG causaram o rompimento da parceria com a ONG que coordenava o evento. Uma das atuais integrantes da AMOSERTRANS, que nomearemos como *Violeta*, afirmou que o debate político-ideológico fez com que a instituição caminhasse separadamente.

A AMOSERTRANS nasceu com a ideia de levar a discussão das pessoas trans para fora do nicho LGBT, porque o que a gente via nos movimentos LGBTs, as reuniões, os eventos, era nós discutindo para nós mesmos. A AMOSERTRANS cresceu com essa ideia de fazer essa expansão de sair do nicho de discutir a Parada e discutir saúde, não parar. A gente reconhece a importância de continuar esse processo, mas alguém precisava ocupar outro campo, porque já tinha muita gente falando sobre ISTs, sobre saúde da população LGBT e não tinha gente falando na época sobre empregabilidade, falando sobre o direito a estudar, sobre o acesso ao direito ao nome social, acesso aos banheiros. Enfim, era uma pauta pouco abordada na época, eu lembro que a gente fazia duras críticas ao movimento GGGG e hoje a gente entende que foi um processo histórico assim de todo movimento LGBT nacional. A gente trouxe uma palestrante de São Paulo e teve um problema com ela na mesa quando ela fez uma crítica ao movimento GGGG e algumas pessoas que estão na organização da parada começaram a questionar, aí houve todo aquele mal estar. Foi o que aconteceu para a AMOSERTRANS não participar da construção dos eventos e a gente decidiu seguir o nosso caminho. Nosso primeiro projeto da semana da visibilidade trans é pensar em levar o debate para dentro da universidade, então a gente conseguiu nessa construção debater com a universidade, debater com a sociedade em geral e seguimos. Hoje a gente está nesse processo inverso de reconhecer a importância e a resistência do movimento que é a Parada, mas a gente também reconhece que houve mudanças pela crítica que a gente fazia, através da crítica que te falei, da invisibilidade das pautas das pessoas trans, por exemplo. Foi um dos grandes motivos da gente ter gerado esse mal estar, quando a gente começa a cutucar na feridinha, e dizer: *olha, o movimento LGBT só está dando seguimento a uma sigla*, quando a gente começou a questionar isso houve atrito, mas hoje a gente identifica que isso é importante

porque os próprios movimentos fizeram essa autorreflexão. (VIOLETA, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

Desde a primeira edição da Parada LGBT de Sergipe não existe um tema exclusivo para o segmento trans. Pude observar que a prioridade dos coordenadores sempre foi criar um *slogan* que contemplasse toda a comunidade, mas as especificidades de cada segmento podem ser discutidas em atividades inseridas no Circuito do Orgulho, a exemplo do *Bate Papo da Cidadania*, que na edição criticada por *Violeta* abordou a importância do Projeto de Lei *João W. Nery* sobre identidade de gênero (figura 2).

Figura 2 – Cartaz da 13ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo da ASTRA, 2014.

Seria um tanto contraditório uma liderança trans não procurar ou priorizar o público ao qual faz parte. A partir do momento que a ASTRA deixou de atender apenas o universo “T” e abrangeu os gays, lésbicas e bissexuais, o seu objetivo se tornou um pouco mais difícil de ser atingido, mas existiram ações que beneficiaram e que tornaram as pessoas trans protagonistas.

Em 2009 ocorreu em Aracaju o VI Encontro do Nordeste de Travestis e Transexuais, onde foram abordados diversos temas, como a geração de empregos, planos de enfrentamento das IST/AIDS, transfobia, cirurgia de transgenitalização e redução de danos (MELO, 2013). No ano se-

guinte, esse segmento teve uma grande conquista, que foi a criação da Lei 3.963 de autoria do Defensor Público Elber Batalha Filho<sup>7</sup>, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta do município de Aracaju. A ASTRA criou um folder explicando a existência da lei (Figura 3).

**Figura 3** – Folder sobre a Lei 3.963/2010



Fonte: Acervo da ASTRA, 2010.

Nesse mesmo ano, Aracaju sediou o XVII ENTLAIDS, que teve como tema *A conquista da cidadania pelo fim da transfobia*, sendo uma oportunidade de reunir pessoas trans para conhecer as experiências locais, bem como elaborar propostas para se tornarem políticas públicas ao segmento trans em âmbito nacional (figura 4).

<sup>7</sup> Elber é advogado, filiado ao PSB e começou a vida política nos movimentos estudantis universitários. Foi eleito vereador de Aracaju e iniciou em 2007 a carreira de defensor público. Em 2011 assumiu a Secretaria de Estado do Turismo e deixou a pasta em 2014. Também foi Secretário de Estado da Cultura em 2015.

Figura 4 – Cartaz do XVII ENTLAIDS



Fonte: Acervo da ASTRA, 2010.

Sobre as divergências que existem na construção da Parada, uma das coordenadoras do evento afirma que elas sempre foram tratadas com respeito e através do diálogo.

Existiram durante esses vinte anos divergências políticas, isso é natural. As pessoas falam “ai, tem que haver união”, gente, vamos parar pra entender que no mundo unanimidade é burrice também viu, as pessoas têm que divergir, a divergência constrói outros olhares, então eu não acho nem prejudicial quem não quis caminhar algum ano e se posicionou de alguma forma e em outro ano veio caminhar. Eu só não acho justo quem não caminhou porque não queria ter trabalho na somativa, na participação. Também gosto de ser verdadeira, tem muita crítica, então muitas vezes tem um apontamento de outro caminho, porque eu acho que você também tem que visibilizar se o caminho não é legal, qual é a proposta que você dá. Então a gente sempre teve aberto pra isso e as vezes não existiu isso, mas existiu em alguns anos alguma entidade que não participou, entidades que se formaram e participaram em um ano e no outro disseram que não gostariam mais de participar, mas também não nos trouxe documentalmente nenhum tipo de razão ou questionamento plausível documental que viesse macular algum tipo de postura que a gente teve que afastou essa instituição. Mas o que eu acho bom ressaltar é que a maioria dessas instituições sempre esteve nessa construção e que tiveram entidades ali que participaram de 18, 17, 16 anos, entidades que estão participando desde que foram fundadas, que foram fundadas depois que a Parada começou a existir e que a gente começou a construir esse caminho, então divergências sempre vão existir e elas sempre foram tratadas muito no campo do respeito e no diálogo. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan.2022)

Nesse relato, percebe-se que embora as entidades tenham um papel muito importante como parceiras apoiando o evento, o afastamento de uma ou outra não seria um problema, já que a

maioria permaneceria nesse processo. A fala expõe que as entidades precisam da Parada e não o inverso. Dessa forma, não seria estranho que determinada entidade, ao romper com essa parceria, não apontasse os motivos, tendo em vista que não faria diferença, principalmente quando se deram conta de que as ideias que prevaleceriam seriam de quem coordena o evento, conforme relato de uma das coordenadoras que contribuiu bastante em algumas edições do evento, a qual nomearemos de *Branco*.

Cada um quer fazer de um jeito, e tem gente que só quer fazer de outro, mas no final quem dá a palavra final você sabe quem é (risos). Então meio que não adiantava muito você ter muito ideia da coisa, do que poderia ser feito, porque já era uma coisa esquematizada, porque se não tivéssemos reuniões, mas era mais na cabeça de *Rosa* (risos) como seria. Por mais que a gente decidisse, a gente deixava acontecer assim, entendeu? Mas a gente participava de certa forma. (BRANCO, entrevista concedida em 17 jan. 2021).

Por já entender como funcionava esse processo construtivo a partir da sua participação na coordenação, e ao identificar que era uma situação imutável, *Branco* preferiu adotar uma postura de conformismo, e defende principalmente quando há divergência entre quem coordena e quem é parceiro.

Como a gente organizava, então a gente que tinha ter sempre a última palavra e a gente abria pra que eles participassem e eles ajudavam muito no circuito. Na Pré-Parada – eu vou dizer Pré-Parada porque são os eventos prévios e eles ajudavam muito – a gente colocava as responsabilidades deles mas o evento, a Parada, a gente precisava de certa forma ter os méritos disso, não deixando eles de fora, até porque Parada não é feita só por uma ONG, a gente sabe que a gente precisa do apoio de todos, mas quem corre atrás, quem começou, idealizou, querendo ou não foi a ASTRA, então eu até acho justo que a gente desse a última palavra. (BRANCO – Entrevista concedida em 17/01/2021).

O protagonismo da ASTRA na criação do evento se torna uma característica importante diante da tomada de decisões. Além disso, *Verde*, que é um militante com uma larga experiência na construção da Parada, afirmou que as ideias que eram trazidas pelo corpo diretivo da ASTRA já vinham prontas porque as pessoas que participavam não tinham conhecimento técnico como eles tinham.

Gente que dizia: *ah, a ASTRA já traz a coisa pronta, todas as opções foram trazidas*. Havia o espaço de você colocar uma pauta nova, mas as pessoas que participavam dali não tinham conhecimento técnico como o corpo diretor da AS-

TRA trazia. Eu vou citar um exemplo: *Vamos reivindicar a saúde pública dos gays*. Essa é uma causa muito genérica. O que você tá dizendo exatamente? Aí essa pauta ia seguir e passar naquele seminário, só que quando chegasse lá no poder público eles iam perguntar: “Que saúde é essa? O que é que vocês tão falando aqui?”. Então tem que ser mais específico, como, por exemplo: um trabalho na conscientização sobre a distribuição das camisinhas para os gays do Bugio. Então tinha que ser uma coisa mais focada. Algumas já traziam, outras já eram reprovadas por isso. A reprovação de algumas era justificada, mas a de outras não, porque as vezes não tinha tempo, porque eram questões muito pueris, eram pra ser tratadas e atendidas a posteriori e não eram, havia as relações de poder. Tinham discussões e embates, porque é como se faz democracia, não há revolução sem movimento. Tem que ter movimento pra ter desconstrução, eu acho que tinha tudo isso. No início eu achava que não era interessante, mas depois você amadurece e vê que é preciso! (VERDE, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

As divergências que geram os desentendimentos e conflitos ocorrem tanto no processo de criação, a exemplo do que aconteceu com a escolha de temas, quanto no processo de execução, muitas vezes motivados por questões políticas, mas também por vaidade pessoal. Um episódio que aponta essa afirmação é relatado através da entrevista realizada com *Vermelho*, uma militante que era membro do Grupo Athena de Sergipe, sempre esteve bastante engajada com o movimento, e desde a primeira edição da Parada integra a coordenação do evento.

Um dia aconteceu de um presidente de ONG (risos) ter conseguido um trio e no dia da avenida, eu acho que tava fechado em cinquenta de ajuda de custo pra segurança ou era o pessoal da bandeira ou coisa assim, mas não saiu esses cinquenta. E a pessoa falou: “O que é que eu falo com o pessoal? E além desse pessoal eu trouxe um trio!”. E o que essa pessoa fez? Encrençou com o cara do trio: “eu vou cumprir porque é contrato e eu tenho que seguir”. Mas essa pessoa foi de um nível de entrar lá atrás do trio, na parte mecânica de alimentação da caixa de som, então desconectou e sumiu com aquilo e o motorista não tinha como andar, não tinha como ligar. Então eu acho isso uma pequenez absurda. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021).

A partir do momento em que o presidente da ONG tem essa atitude, percebe-se que o individualismo impera sobre a coletividade. As atribuições que são divididas entre os organizadores e apoiadores no dia do evento geram situações de *stress*, porque nem sempre o que foi planejado nas reuniões acaba ocorrendo e quando a ajuda que deveria existir para a solução de um problema não aparece, o apoiador que é responsável por determinada tarefa se vê desesperado e comete uma

ação extremamente individual e egoísta como forma de se vingar daquela pessoa que não pôde auxiliá-lo. A vaidade se manifesta quando o apoiador expõe que os materiais e objetos que foram obtidos são frutos do seu empenho e que por isso qualquer dificuldade que possa ocorrer deve ser sanada. Tal afirmação é exemplificada por *Vermelho*.

Essa questão da vaidade institucional de pessoa enquanto líder da sua ONG, uma vaidade *eu posso, eu consegui, só aconteceu porque EU*, esse *eucentrismo* existe muito. E também vinha essas questões pessoais e particulares pelo comportamento da *Rosa*, que levou a muito anos não estatutariamente sempre a presidência da ASTRA. Existem regras pra isso, mas existia essa dificuldade. As pessoas não entendiam porque eu cansava de dizer: *a ASTRA sozinha ou a Rosa sozinha não faz Parada, só faz com todo mundo* aí esse todo mundo também falava assim: *ah, ela sempre ganha o bônus e a gente nunca é visto, a gente sempre é marginalizado*. Só que isso não é uma realidade, isso é uma visão. Não sei o termo pra dar, mas é uma visão de uma pessoa que se sente inferior (...). A Parada só acontece porque a *Rosa* tá lá na frente e tem o nosso apoio, porque se a gente não tiver aqui também não acontece, porque se ela for sozinha atrás disso, por mais que ela tenha estrutura, trio, quem vai executar? Ela sozinha vai conseguir? Vai chamar os amigos do Atheneu, de colégio? Vai botar a mãe, a prima o irmão pra puxar trio elétrico? Então foi demorado esse processo e ainda é, a gente ainda bate muito nessa tecla, principalmente essa vaidade pessoal de que *eu consegui, eu posso, eu tô lá*. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021).

A busca de recursos para o evento gera muitas tensões, pois essa vaidade institucional que é citada por *Vermelho* se relaciona também com os apadrinhamentos políticos. Diferentemente de outras Paradas, a de Sergipe não é realizada com o apoio de patrocinadores, já que a imagem que a coordenação quer passar é de que o evento não é apenas uma festa, como acontece com a de São Paulo. E esse posicionamento dá liberdade para, que num momento como o que vivemos, onde ocorrem diversos retrocessos nas pautas LGBTQIA+, os organizadores possam assumir um direcionamento político, o que não ocorreu na Parada de São Paulo, quando a presidente do evento Claudia Garcia proferiu a seguinte frase: *Não vou puxar nem Lula Lá nem Fora Bolsonaro*<sup>8</sup>, alegando que respeitava o voto de todos, pois há bolsonaristas na comunidade.

<sup>8</sup> A 26ª Parada LGBT+ de São Paulo teve como tema *Vote com orgulho - por uma política que representa* aconteceu no dia 19 de junho de 2022, o evento reuniu 4 milhões de pessoas (TERRA, 2022).

A Parada LGBT de Aracaju é totalmente embasada por órgãos governamentais, então existe essa dependência partidária forte, apesar da Parada em si ser apartidária. Tanto é que vem coisa do partido A, do partido B, de onde for, existe ainda as suas ONGs parceiras que têm esse apadrinhamento muito forte e querem estar com seu nome em destaque pra poder fazer vez a essa base política: *eu quero que o meu nome esteja lá, que você reconheça que eu consegui pra poder me manter seja no cargo CC, seja o meu apadrinhamento (...)*. Então é isso, depende do governo, é uma Parada estressante, você cria esse atrito pessoal mesmo, a pessoa em si sob pressão fica nervosa, fica impaciente e fala coisas que não queria falar pra amigos que muitas vezes. Um exemplo: o *Azul*, ele é muito amigo nosso, amigo de pessoa que a gente ama, mas aí vêm essas questões políticas muito antes dele entrar no governo, muito antes já existia isso da ONG dele. Então já existia essa questão da vaidade enquanto militante *Azul*, e aí veio o representante do governo *Azul*. Então ele tem essa dificuldade de administração de cargo com a pessoa amiga. Tem momentos que você tem que largar o cargo e, enquanto gay que é e amigo e participante desde o início da construção, tirar um pouco essa vaidade, tirar um pouco esse cargo e falar: “Amiga, vamos lá, assim, assim, assim. Cabeças vão rolar, eu não gostaria que a minha rolasse, eu pago minhas continhas, eu tenho meu cartão da Renner pra pagar, vamos fazer um negócio suave”. Não, perde-se o controle emocional, agride-se o outro, xinga o outro com coisas que não gostaria de se falar, o outro também fala coisas que também não gostaria de ouvir nem de ter falado, e nesse desgaste acontece a desvinculação real de determinadas ONGs que faziam um papel muito importante e fundamental na Parada e que não foi substituída por causa dessas quebras de alianças. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021)

É importante ressaltar que as dificuldades e os conflitos apresentados ocorrem tanto no formato presencial como no virtual. Devido à pandemia da Covid-19, a 19ª e 20ª edição da Parada foram realizadas virtualmente. No ano de 2020, a 19ª Parada teve como tema *Com ou sem pandemia, dê um lockdown no seu preconceito* (figura 5) e precisou se adequar a um novo formato, pois os eventos que estavam ocorrendo no país só eram permitidos com poucas pessoas, respeitando o distanciamento para que não houvesse a propagação do vírus. A partir disso, o único caminho da Parada acontecer seria através de uma *Live*, na plataforma do YouTube. Como já havia ocorrido na Parada de São Paulo, os coordenadores se reuniram e decidiram que também poderiam fazer a de Sergipe, porém queriam que a Parada não perdesse o seu lado político, valorizando as personalidades históricas do movimento LGBT sergipano, algo que não aconteceu na de São Paulo, que foi bastante criticada por isso. Segundo Khair (2020), a Parada virtual de São Paulo desagradou

muitos de seus participantes, visto que os apresentadores escolhidos eram exclusivamente youtubers ligados à Dia Estúdio (produtora que realizou a Parada). O autor defende que o modelo virtual impacta menos do que o das ruas.

Ao alterar a dinâmica da Parada LGBTQ+ de São Paulo, certas implicações saltam aos olhos: a forma de comunicação mudou drasticamente, não houveram discursos, apenas apresentações dinâmicas e falas breves. O que também ocorreu com a escolha dos apresentadores e artistas, todos jovens, sem contar a ausência dos tradicionais shows de drag queens e gogo-boys. (KHAIR, 2020, p. 5)

Para não repetir as insatisfações que ocorreram em São Paulo, os coordenadores tiveram a ideia de fazer um resgate histórico das lutas e conquistas do movimento LGBTQ sergipano, contando com diversos depoimentos e entrevistas de militantes a nível local e nacional. Para isso, foram criados dez vídeos que seriam intercalados a cada apresentação artística.

**Figura 5**– Cartaz da 19ª Parada LGBTQ de Sergipe



Fonte: Acervo da ASTRA, 2020.

Junto com *Rosa, Amarelo*, que é travesti e uma das coordenadoras do evento, foi quem apresentou a Parada e foi uma das que defenderam que a Parada deveria ocorrer mesmo no formato virtual,

A gente teve que mudar o formato da Parada e a gente se utilizou da rede social. Como a gente tinha um canal no Youtube, vimos que era o momento de utilizar, porque a gente entende que é necessário não deixar essa lacuna de não ter a Para-

da nesses dois anos. E fizemos no canal do Youtube mais ou menos nos mesmos moldes do que faz de rua, só que, claro, sem muita gente, mas com esses mesmos pontos altos que a gente tem na Parada presencial, que é a fala política e também o momento de comemoração com shows e com alguns artistas. Através da arte transgressora a gente também entende que pode estar passando alguma mensagem. Fácil não foi, a gente achou que seria muito mais fácil de fazer de forma virtual do que de forma presencial, mas aí a gente esbarrou em vários problemas. (AMARELO, entrevista concedida em 03/11/2021)

*Anil* é outro militante que vem coordenando há muitos anos a Parada e nessa edição ficou responsável pela parte técnica do evento. Ele afirma que o formato virtual não tem a mesma energia que a presencial e é mais cansativa que as ruas.

A gente chamou as atrações culturais que sempre tem, as drags queens, então a gente trouxe todos os elementos que a gente utiliza na Parada de rua para a Parada virtual. Obviamente não é a mesma coisa, não é a mesma energia, foi uma coisa muito limitada porque tava nesse período de pandemia, vigilância sanitária no pé e a gente tendo que ter esse controle, sendo que estamos lidando com uma doença muito perigosa. E a gente teve aquele controle, pouca gente no local, sistema de rodízio, foi uma adaptação também cansativa, eu digo até mais cansativa do que a Parada de rua porque você tá ali de máscara, tá correndo, e se der qualquer problema no sistema aí cai a conexão, a gente teve essa experiência de cair conexão. Mas essa adaptação, além de ter sido uma experiência nova pra Parada, deixou a gente preparado pra que a Parada aconteça de um jeito ou de outro, seja na rua, seja nas telas. (ANIL, entrevista concedida em 26/10/21).

## Considerações Finais

No dia 3 de junho de 2022, a Justiça Federal do Acre determinou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE incluísse questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico, que é uma pesquisa realizada em todo território nacional e ocorre a cada dez anos. Previsto para ser iniciado em primeiro de agosto de 2022, a 13ª edição do Censo era para ter acontecido em 2020, mas por falta de verba e devido à pandemia precisou ser adiada para 2022. A decisão da Justiça Federal do Acre foi suspensa por José Amilcar Machado, desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região<sup>9</sup>, alegando que o questionário já estava pronto e a

---

<sup>9</sup> O Tribunal Regional Federal da 1ª Região é um órgão de segunda instância da Justiça Federal brasileira, com sede

inclusão de novas questões provocaria um novo adiamento, gerando grave lesão à ordem, à saúde e à economia pública. Dessa forma, lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais vão ter que esperar mais dez anos para *existirem*.

A visibilidade é o fio condutor de muitos movimentos sociais, e mesmo com tantas manifestações, as pessoas LGBTQIA+ ainda estão lutando constantemente para terem mais visibilidade. À medida que os homossexuais lutavam para ser visibilizados nos anos 1980, existia um processo de produção de um sujeito estável. Segundo Facchini (2020), esses processos de *centramento* eram tensionados na medida em que homossexuais negros e lésbicas emergiam como sujeitos complexos, não permitindo o apagamento dos conflitos envolvendo diferenças na diferença. Nas décadas seguintes, essas tensões se consolidam por meio dos processos de redemocratização, de cidadanização dos sujeitos políticos dos movimentos e da participação socioestatal.

Quando o movimento emerge como LGBT entre os anos 1990 e 2000, esses conflitos se intensificam devido à delimitação de identidades, ocasionando o acirramento da disputa por visibilidade no interior do movimento. E isso se reflete na construção da Parada LGBT de Sergipe, o protagonismo que ela poderia proporcionar a determinado militante ou ONG também pode resultar em tensões entre os pares. Esse campo de disputas e tensões que é a Parada faz com que alguns militantes se desfoquem do propósito geral da manifestação, deixando a vaidade pessoal e institucional se sobressair.

As divergências políticas de alguns militantes também são a causa desses tensionamentos. Como um arco-íris, que é construído de diversos matizes cromáticos, a Parada também é constituída por meio de disputas em torno de diferentes posições e matizes políticas. São disputas em torno dos direitos e sujeitos LGBTQIA+, que ganham significados diferentes a partir do momento em

---

em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins

que são articulados em contextos simbólicos e políticos distintos (FERREIRA, 2012). Os conflitos se manifestam tanto no planejamento, tendo como principal arena as reuniões, como também na sua execução.

Os embates no processo construtivo do evento também acabam sendo produtivos, tendo em vista que as divergências acabam criando olhares distintos sobre determinada ideia e a escolha final muitas vezes foi defendida pensando na melhoria do grupo. Como ainda vivemos num país que nega a existência das pessoas LGBTQIA+, a realização da Parada é extremamente necessária, pois é através dela que esse segmento se sente livre para se expressar e assumir publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, é um espaço onde se pode reivindicar melhorias na vida dessa comunidade, cobrando ao Estado direitos basilares como educação, saúde e segurança pública. Por mais que o evento tenha um caráter festivo, ele se torna uma ferramenta essencial na luta contra a LGBTfobia, quando se demonstra para a sociedade que essa não é uma minoria e que precisa ser respeitada.

Enquanto o Brasil continuar sendo o país que mais mata pessoas trans, a Parada assume um papel primordial como um evento que prega a igualdade, a tolerância e o respeito, independentemente de etnia, classe e gênero. O dia do evento representa a consolidação das atividades realizadas durante todo o ano pela ONG que coordena, e serve também como encontro de amigos que se unem pela mesma causa, podendo ser identificado como *communitas* (TURNER, 1974). A preparação do evento é um fator que contribui para sua seriedade, pois são quatro meses de muito empenho e dedicação em busca de recursos do município e do Estado.

Apesar das edições da Parada aqui analisadas terem sido realizadas em formato diferentes, a essência do evento permaneceu. No formato virtual, a questão política foi abordada por meio de entrevistas de militantes sergipanos, enquanto na de rua houve o momento das falas políticas, sendo a parte que a coordenação mais prioriza. Em relação ao entretenimento, a arte esteve presente

em ambas, sempre valorizando os (as) artistas locais, pois estes não encontram espaço na grande mídia.

Mesmo que apenas uma ONG seja a responsável pelo evento, ela sozinha não consegue dar conta de tudo. As disputas e tensões que acabam afastando algumas instituições de forma definitiva ou temporária acabam sendo prejudiciais ao desenvolvimento e execução da Parada. As divergências que estão presentes na sua construção acabam sendo parte desse processo democrático e, mesmo que cause uma impressão de desunião entre os organizadores e militantes, o movimento não esteve enfraquecido, principalmente no governo anterior. De qualquer forma, é preciso deixar o individualismo de lado e se pensar mais na coletividade, até o dia que a comunidade LGBTQIA+ possa de fato ser vista e respeitada.

### Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*. Sociedade e Cultura, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, Goiânia. 2007.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) – UERJ – Rio de Janeiro, 2011.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. As grandes festas. *Um Olhar sobre a cultura brasileira* (Orgs. Márcio de Souza e Francisco Weffort). Rio de Janeiro: FUNARTE/Ministério da Cultura. pp. 293-311. 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Ed Ufrj/Funarte. 2006.

DAMATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2020.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Glauco Batista. *Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis: entre políticas, sujeitos e cidadanias*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 2012.

GLUCKMAN, Max. *Rituais de rebelião no sudeste da África*. Série Tradução, v. 1. Brasília: DAN/UnB, 2011.

GUBER, Rosana. *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In GREEN, James N; et al (Org). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2018.

KHAIR, Augustine Araújo. O impacto da Primeira Parada Virtual LGBTQ+ de São Paulo. *Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre*, v2., nº 11, 2020.

MAGGIE, Yvonne. *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MELO, Marcos Ribeiro de. Itinerários e “Lutas”: *O engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998.

PASSOS, Elayne Messias. *Espaço Travestido: ritmos e transformações identitárias em um território urbano*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFBA, Salvador, 2020.

SIMMEL, Georg, *O conflito como socição* (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2009

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Editora da Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2017.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974.

VARJÃO, Ciária de Aguiar Freitas. *Lugar de mulher é onde ela quiser? Inserção, formação e trabalho das docentes em ciências agrárias no Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.